



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1007785-59.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **Auto Eletrico Casa Vermelha**
 Requerido: **ROGÉRIO ALVES DE CAMPOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

AUTO ELETRICO CASA VERMELHA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de ROGÉRIO ALVES DE CAMPOS, também qualificado, alegando seja credor da importância de R\$ 1.203,16 representada pelos cheques de nº 00265 e 000266 do Banco Bradesco nos valores de R\$ 350,00 cada, ambos emitidos em 23 de março de 2013 e que o requerido, utilizando-se de má-fé sustou indevidamente os cheques, e que o tendo procurado para solucionar o problema, não obteve êxito, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo valor atualizado da dívida R\$ 1.203,16

Citado por edital, o réu não pagou a quantia especificada na petição inicial e não apresentou embargos ao mandado monitório.

Foi-lhe nomeado Curador Especial, que contestou o pedido por negativa geral.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

O pedido monitório está instruído com cópia dos cheques prescritos, devendo-se salientar que o cheque, “*é uma obrigação de causa abstrata, não se vincula a qualquer obrigação precedente nem se submete a modo, tempo ou condição. Uma vez criado, é exigível, obrigando o emitente e as demais pessoas que com sua assinatura nele intervierem. O emitente, o endossante, o avalista obrigam-se pelo fato de se terem comprometido a criar, transferir ou garantir o papel; pelo motivo único de terem firmado o cheque. É, pois, inútil fazer-se indagação da causa da obrigação*” (cf. J. M. OTHONSIDOU).

Não se olvida aqui o fato de que, “*entre as partes primitivas, como no caso presente, a autonomia e a literalidade do título não apagam a existência da relação fundamental geradora do negócio jurídico que provocou o aparecimento da cártula. Tanto assim, que a lei cambiária permite aos participantes do negócio jurídico subjacente invocar, contra o credor, as defesas pessoais de que dispuser em face dele (artigo 51 do Decreto n. 2.044/1908) conforme Humberto Theodoro Júnior (“Títulos de Crédito”, Ed. Saraiva, 1986, pág. 7), “Isto quer dizer que, entre as próprias partes do negócio fundamental, é possível a discussão causal, ou seja, a discussão em torno da origem do título*” (cf. Ap. n. 733.292-3 - 6ª Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil 4).

No caso analisado, contudo, o autor/embargado figura como endossatário

1007785-59.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

do título, o que equivale dizer, figura como terceiro na relação causal, e conforme pode ser conferido da leitura dos embargos, contra ele o réu/embargante não opõe qualquer imputação de má-fé ou de participação no negócio que motivou a emissão dos cheques, daí porque, atento ao disposto no art. 25 da Lei do Cheque que determina que "*Quem for demandado por obrigação resultante de cheque não pode opor ao portador exceções fundadas em relações pessoais com o emitente, ou com os portadores anteriores, salvo se o portador o adquiriu conscientemente em detrimento do devedor*", de rigor rejeitar-se a tese.

Isso porque cabia ao réu o ônus de provar que o débito não era devido ou que já tivesse ocorrido o pagamento. Ressalta-se que os embargos por negativa geral não têm o condão de afastar a presunção do crédito representado pelos documentos juntados com a petição inicial.

Há, portanto, regular fundamento da ação em documento escrito que prova a existência de dívida líquida.

No mais, cumpre seja tomada a dívida pelo seu valor original, de R\$ 700,00, que é a soma dos cheques acostados à inicial, e que sobre esse valor incida correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos documentos, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Os honorários advocatícios, contados pelo autor em 20% são por demais elevados, até porque antes dos embargos não há incidência dessa verba.

O réu deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por ROGÉRIO ALVES DE CAMPOS contra AUTO ELETRICO CASA VERMELHA, e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$ 700,00 (*setecentos reais*), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos documentos que instruem a inicial, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu/embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na de seu representante legal ou então pessoalmente, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

Com o trânsito em julgado, ficará convertido o arresto de fls. 142 em penhora, **considerando o provimento 68/2018 do CNJ, ficando deferida a expedição de MLJ, assim que escoar o prazo de eventual recurso, acrescido de 2 dias úteis.**

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 12 de setembro de 2018.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA